



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E  
COMBATE À FOME  
SECRETARIA-EXECUTIVA  
SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS  
COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DE PESSOAS  
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL

Em conformidade com Art. 19. Do Decreto N° 10.829, de 05 de outubro de 2021.

**INFORMAÇÕES PESSOAIS**

Nome: Geraldo Andrade da Silva Filho  
Cargo efetivo: EPPGG  
Cargo comissionado: FCE 1.15

**FORMAÇÃO ACADÊMICA**

Curso: Ciências Econômicas  
Instituição: UFRJ  
Conclusão: 1996

Curso: Doutorado em Economia de Empresas  
Instituição: EESP/FGV  
Conclusão: 2016

**Currículo no Lattes (link):**

**EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL**

Empresa/Órgão: MPO  
Cargo: Coordenador e Coordenador-Geral  
Período: 07/2023 – 01/2025  
Descrição: Coordenador e posteriormente Coordenador-Geral de Revisão do Gasto Público

Empresa/Órgão: IPEA  
Cargo: EPPGG  
Período: 05/2022-07/2023  
Descrição: técnico na Coordenação de Previdência Social da DISOC

Empresa/Órgão: Ministério do Trabalho e Previdência  
Cargo: Chefe de Divisão  
Período: 05/2020-05/2022  
Descrição: Chefe de Divisão na Coordenação-Geral de Estudos Previdenciários (SRGPS/SPREV)

**REQUISITOS LEGAIS/OBRIGATÓRIOS (DECRETO 10.829) (marcar todas as opções em que se enquadrar)**

☐ Não enquadramento nas hipóteses de inelegibilidade previstas no inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990

☐ Experiência profissional de, no mínimo, seis anos em atividades correlatas às áreas de atuação do órgão ou da entidade ou em áreas relacionadas às atribuições e às competências do cargo ou da função;

☐ Ter ocupado cargo em comissão ou função de confiança equivalente a CCE de nível 13 ou superior em qualquer Poder, inclusive na administração pública indireta, de qualquer ente federativo por, no mínimo, seis anos;

☒ Possuir título de mestre ou doutor em área correlata às áreas de atuação do órgão ou da entidade ou em áreas relacionadas às atribuições do cargo ou da função.

☐ Ter realizado ações de desenvolvimento de liderança, estabelecidas pelo Ministério da economia, com carga horária mínima de cento e vinte horas.

☐ Enquadra-se na hipótese prevista pelo art. 21º do Decreto 10.829

*Dispensa excepcional dos critérios*

*Art. 21. Os critérios de que tratam os art. 16 a art. 19 poderão ser dispensados, justificadamente, pelo Ministro de Estado titular do órgão ou da entidade vinculada em que estiver alocado o CCE ou a FCE, de forma a demonstrar a conveniência de dispensá-los em razão de peculiaridades do cargo ou do número limitado de postulantes para a vaga.*

*Parágrafo único. A competência de que trata o caput será exercida:*

*I - no âmbito do Banco Central do Brasil, pelo Presidente do Banco Central do Brasil; e*

*II - no âmbito dos órgãos subordinados diretamente ao Presidente da República cujo titular não seja Ministro de Estado, pela autoridade máxima do órgão.*